

México quer créditos imediatamente para evitar a hiperinflação

por David Gardner
do Financial Times

Um dramático aumento nos preços para os consumidores durante o mês de agosto, somado aos novos aumentos recordes nas taxas de juros domésticos, fez surgir novos temores de que o México esteja caminhando para a hiperinflação.

Alguns funcionários mexicanos acreditam que isso somente poderá ser evitado agora mediante um acordo imediato entre o México e seus credores no sentido de injetar os créditos vitais para a economia do país.

O índice de preços ao consumidor subiu 8,1% em agosto, para uma taxa anualizada de inflação de 93%, diante de 64% no início do ano. As estimativas são de que a inflação deverá chegar a 100% no fim deste mês, assim que forem absorvidos pelo índice os recentes aumentos nos preços de combustível, transportes e dos gêneros alimentícios de primeira necessidade.

Enquanto isso, as taxas de juros atingiram índices altíssimos na semana passada, com as letras do Tesouro (Cetes) com prazo de 28 dias chegando a 102%, sendo esta a primeira vez que uma emissão de Cetes ofereceu juros acima de 100%. A taxa sobre as Cetes também subiu cerca de 300 pontos neste ano, embora no mês passado tenha sobrepulado a inflação, subindo mais de 10%.

A principal razão individual dos dois aumentos é o mercado negro e o monopólio do governo para financiar um déficit orçamentário, que deverá atingir 15% do Produto Interno Bruto (PIB), quase todo resultante do pagamento de juros — a maioria sobre o débito doméstico.

O colapso no preço do petróleo, principal produto de exportação do México, fará com que o país perca em torno de US\$ 8 bilhões em receita de exportação neste ano e até US\$ 6 bilhões em impostos (neste ano, o país deverá pagar juros de US\$ 8 bilhões sobre sua dívida externa de US\$ 98 bilhões).

A perda da receita petrolífera, acrescida do fato de que o México não recebeu nenhum novo crédito externo nos últimos 21 meses, forçou o governo a depender exclusivamente dos mercados domésticos de capital, em que tem de oferecer margens competitivas de lucros — acima da inflação — para papéis financeiros nomeados em peso e acima da desvalorização do peso, para papéis financeiros nomeados em dólares.

A taxa de câmbio "controlada" para o peso em relação ao dólar, usado para a dívida estrangeira e para o comércio de mercadorias, foi desvalorizada em 8% ao mês somente neste ano.

Cada ponto de aumento nas taxas básicas de juros domésticos adiciona 120 bilhões de pesos (US\$ 170 milhões) aos juros pagos pelo governo, e, em consequência, eleva o déficit, exigindo novos empréstimos a taxas ainda mais inflacionárias.

Ao mesmo tempo, as autoridades tiveram de cortar dramaticamente os subsídios, levando a gran-

FMI libera "stand-by"

O Fundo Monetário Internacional (FMI) aprovou na segunda-feira um crédito "stand by" de US\$ 1,6 bilhão para o México. Informou-se ainda que o comitê de bancos credores do país se está preparando para recusar o pedido mexicano de amplas concessões sobre as taxas de juros para a sua dívida de US\$ 98 bilhões. Os bancos estariam interessados em rever o acordo de refinanciamento plurianual de US\$ 48,7 bilhões.

des aumentos nos preços: o custo de uma viagem pelo metrô da Cidade do México, por exemplo, subiu em 2.000% no mês passado, de 1 para 20 pesos.

Economistas do setor privado argumentam que o governo deveria reduzir as taxas de juros, liberar os créditos para o financiamento do setor privado, controlar o mercado de câmbio estrangeiro e manter o congelamento dos preços, desde que seja liberado rapidamente o novo pacote financeiro de US\$ 12 bilhões que o México negocia no exterior.

PRESSÕES

As pressões inflacionárias estão crescendo mais rapidamente e a situação parece piorar. Os sindicatos mexicanos, que perderam metade de seu poder de compra desde o colapso financeiro de 1982, estão pressionando para um aumento de salários trimestrais de 20%. Os industriais, que tiveram de reduzir seus preços devido à dramática queda na demanda registrada neste ano, tentarão recuperar suas perdas assim que tiver início o crescimento prometido pelo governo e explicitamente redigido no acordo com o FMI. O governo prevê "crescimento mínimo" em 1987 e 1988 de 3 a 4% — de uma esperada contração de 5% neste ano.

Acredita-se que o governo não voltará atrás em suas promessas de crescimento no ano que tem início a disputa pela sucessão do presidente Miguel de la Madrid em 1988, e quando o governante Partido Revolucionário Institucional (PRI) está muito mal cotado entre os mexicanos, depois de 57 anos no poder.

Há um precedente para uma reviravolta na redução da inflação. Uma queda de 5,3% no PIB em 1983 foi transformada em crescimento de 3,7% em 1984, enquanto a inflação foi reduzida de uma base anualizada de 117% em abril de 1983 para 59% no fim de 1984.

Entretanto, isso foi conseguido ao cortar-se tanto as importações quanto o déficit orçamentário em dois terços cada, num período de dois anos, e durante os quais o México conseguiu US\$ 16,5 bilhões em novos financiamentos estrangeiros e teve uma receita de mais de US\$ 16 bilhões em cada um dos anos, graças às exportações petrolíferas — uma combinação que claramente não poderá ser repetida.